



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO
Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior - CGAEM



Ten Cel Com Donaldo Leal de Andrade

**A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: uma forma de difusão
das atividades da Força Terrestre por meio das mídias sociais**

**Salvador
2019**

Ten Cel Com Donaldo Leal de Andrade

**A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: uma forma de difusão
das atividades da Força Terrestre por meio das mídias sociais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Formação Complementar do Exército
/ Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-
MG como requisito parcial para a obtenção do
Grau Especialização de Gestão em
Administração Pública.

Orientador: Prof. MSc. Plínio Porto Rodrigues

**Salvador
2019**

Ten Cel Com Donaldo Leal de Andrade

**A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: uma forma de difusão
das atividades da Força Terrestre por meio das mídias sociais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Formação Complementar do Exército
/ Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-
MG como requisito parcial para a obtenção do
Grau Especialização de Gestão em
Administração Pública.

Aprovado em ____/____/2019

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Profa. Ma. Letícia Veiga Vasques – Membro 1
UNIS

Profa. Ma. Alessa Montalvão Oliveira Denega – Membro 2
UNIS

Profa. Ma. Thyara Ferreira Ribeiro – Membro 3
UNIS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A LEGISLAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE.....	7
3. PRINCIPAIS MODALIDADES DE TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL (TAVA).....	8
3.1.LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS.....	9
3.2.JANELA DE LIBRAS.....	10
3.3.AUDIODESCRIÇÃO.....	12
4. MÉTODO.....	13
5. MÍDIAS AUDIOVISUAIS USADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	13
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	16

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: uma forma de difusão das atividades da Força Terrestre por meio das mídias sociais

Donaldo Leal de Andrade¹

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de propor o incremento da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências sensoriais às mídias sociais do Exército Brasileiro por meio da implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência nacional, uma vez que o mesmo preconiza a difusão das mídias audiovisuais de modo a atingir o público portador de deficiências sensoriais no âmbito do Brasil. Tal abordagem se justifica pelo advento da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que prevê a inserção de modalidades de Tradução audiovisual acessível (TAVA) a fim de adequar as mídias a esse público. Para atingir o objetivo proposto são apresentados: a legislação para a acessibilidade; as modalidades de TAVA, a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE), a Janela de Libras e a Audiodescrição; e algumas mídias audiovisuais usadas pelo Exército Brasileiro. Esta tarefa será conseguida através de revisão bibliográfica atinente ao tema, apresentando os conceitos que englobam a acessibilidade dos deficientes sensoriais. Por fim, são oferecidas considerações acerca da viabilidade da implementação das TAVA nas mídias sociais da Força Terrestre, aumentando sua dissuasão ante a sociedade, particularmente na comunidade portadora de deficiências sensoriais, por meio das mídias audiovisuais.

Palavras-chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mídias Audiovisuais. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

This work has the objective of proposing an increase in the accessibility to people with sensorial deficiencies to the social media of the Brazilian Army through the implementation of the Disabled Persons Statute, since it advocates the diffusion of audiovisual media in order to reach the public with sensorial disabilities in Brazil. This approach is justified by advent of Law 13,146 of July 6th, 2015, which establishes the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities (Statute of the Person with Disabilities), which provides for the insertion of accessible audiovisual translation modalities in order to adapt the media to this audience. To achieve the proposed goal are presented: the legislation for accessibility; the modalities of accessible audiovisual translation, the Subtitling for the Deaf and Hard-of-Hearing, the Window of Brazilian Sign Language and audio description; and some audiovisual media used by the Brazilian Army. This task will be achieved through bibliographical revision on the subject, presenting the concepts that encompass the accessibility of the sensory deficient. Finally, consideration is given to the feasibility of implementing the accessible audiovisual translation in the social media of the Land Force, increasing its deterrence to society, particularly in the community with sensory disabilities, through audiovisual media.

Keywords: Statute of the Person with Disabilities. Audiovisual Media. Brazilian Army.

¹ Tenente-Coronel de Comunicações da turma de 1996. Especialista em Operações Militares em 2004. Graduado em Tradução de Espanhol pela UnB em 2017. Especialista em Tradução de Espanhol pela UGF em 2012. Especialista em Tradução de Inglês pela Estácio em 2013. Mestrando em Estudos da Tradução pela UnB. E-mail donaldo.andrade@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas portadoras de deficiências na sociedade vem sendo alvo de movimentos em âmbito mundial e dentre as várias situações demandadas pela melhora na acessibilidade encontra-se a necessidade dos portadores de deficiências sensoriais em poder receber informações por meio das mídias sociais.

De outro lado, estão instituições que utilizam as mídias sociais como canal de divulgação de suas atividades pela Internet, por meio de mídias audiovisuais. Com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, há uma imposição para que essas mídias audiovisuais recebam adaptações de Tradução audiovisual acessível (TAVA), a fim de cumprir o estabelecido e proporcionar a acessibilidade adequada.

Este trabalho aborda a implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito do Exército Brasileiro como uma forma de difusão das atividades da Força Terrestre por meio das mídias sociais.

Tal abordagem se justifica pelo advento da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que prevê a inserção de modalidades de Tradução audiovisual acessível (TAVA) a fim de adequar as mídias a esse público.

É importante ressaltar também a importância do trabalho para as comunidades de portadores de deficiências sensoriais, quais sejam, os surdos e ensurdecidos e os cegos e deficientes visuais, pois a implementação do Estatuto proporcionará.

O objetivo deste trabalho é propor o incremento da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências sensoriais às mídias sociais do Exército Brasileiro por meio da implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma vez que o mesmo preconiza a difusão das mídias audiovisuais de modo a atingir o público portador de deficiências sensoriais no âmbito do Brasil.

Este intento será conseguido através de revisão bibliográfica atinente ao tema, ou seja, a legislação para a acessibilidade; as modalidades de TAVA, a Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE), a Janela de Libras e a Audiodescrição, apresentando os conceitos que englobam a acessibilidade dos deficientes sensoriais.

2. A LEGISLAÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE

As questões voltadas à acessibilidade vêm sendo demandadas, graças à atuação de diversos setores da sociedade, de forma cada vez mais intensa nos últimos anos. Um exemplo desse início no Brasil constitui o Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (regula as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências), que considera acessibilidade como sendo:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, s/p.).

Desse modo, ficam estabelecidas as situações em que uma pessoa apresenta restrições de acessibilidade, quer seja a um local, quer seja a uma informação, passando a nortear os próximos esforços para que a sociedade possa melhor integrar os portadores das diversas deficiências, motoras e sensoriais.

Culminando com as ações vocacionadas a tornar a acessibilidade com maior amplitude aos brasileiros, foi instituída a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em vigor desde 02 de janeiro de 2016. Este Estatuto determina em seu capítulo IX – DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER –, particularmente no artigo 42, que:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos. (BRASIL, 2015, s/p.)

E, para que a pessoa com deficiência tenha acessibilidade a esses direitos, o artigo 67 dessa norma estabelece recursos (modalidades) de TAVA (a ser abordada mais adiante):

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

- I - subtitulação por meio de legenda oculta;
- II - janela com intérprete de Libras; e
- III - audiodescrição. (BRASIL, 2015, s/p.)

Passando os termos constantes do Estatuto para a terminologia empregada na área de Tradução, a “subtitulação por meio de legenda oculta” vem a ser a “legendagem para Surdos e Ensurdidos”, a “janela com intérprete de Libras” é a “janela de Libras” e a audiodescrição é um termo comum às duas situações.

Quanto ao prazo de vigência especificamente no que diz respeito às mídias audiovisuais, o inciso II do artigo 125, estabelece 48 (quarenta e oito) meses, a partir da entrada em vigor da Lei, ou seja, decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, 02 de janeiro de 2016, conforme consta no artigo 127. Com isso, as salas de cinema devem estar em condições de oferecer as sessões com os recursos de acessibilidade a partir do início de 2020, bem como todas as mídias audiovisuais a serem disponibilizadas para o público em geral.

Cabe salientar que essa legislação se alinha à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 13 de dezembro de 2006, documento em que a Assembleia-Geral das Nações Unidas discorre sobre a necessidade de acesso pleno à informação para pessoas com deficiência, fomentando o acesso a programas de televisão, filmes, teatro e outras atividades culturais em formato acessível que façam as pessoas deficientes coparticipes.

3. PRINCIPAIS MODALIDADES DE TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL (TAVA)

Ainda que, teoricamente, os brasileiros com deficiências sensoriais estejam inseridos na sociedade brasileira e no idioma português, é preciso haver uma tradução intersemiótica que permita disponibilizar informações que esse espectador esteja impedido de obter devido à sua deficiência, ou seja, fazer com que toda a informação

contida no audiovisual seja transmitida ao portador da deficiência sensorial por meio do sentido (canal) disponível. No caso dos deficientes auditivos, as informações veiculadas pelo canal sonoro devem ser disponibilizadas pelo canal visual; e no caso dos deficientes visuais, as informações transmitidas pelo canal visual devem ser passadas pelo canal sonoro, conforme entendimento da leitura de Plaza. (PLAZA, 2003, p. 45-70).

Desse modo, a fim de atender às necessidade das pessoas portadoras de deficiências sensoriais, foram criadas, com o passar do tempo, algumas modalidades de TAVA, a Legendagem para Surdos e Ensurdidos e a janela de Libras, destinadas aos deficientes auditivos, e a audiodescrição, feita para os deficientes visuais, as quais são descritas abaixo, de modo a permitir a identificação do público ao qual se destina, bem como alguns detalhes de sua confecção. Essa explicação se baseia no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, elaborado pelo Ministério da Cultura, por meio da Secretaria do Audiovisual, obra que busca transmitir orientações que possam nortear a confecção de audiovisuais acessíveis no país (ALVES, 2016).

3.1. LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS

Consultando o Guia para produções Audiovisuais Acessíveis do Ministério da Cultura, a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) constitui-se na “tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito”, o que pode ser feito entre dois idiomas distintos orais, entre uma língua falada e outra de sinais ou dentro do mesmo idioma, sendo direcionado prioritariamente à comunidade surda e ensurdecida, os personagens e os efeitos sonoros devem ser feitos sempre que for necessário para que não aja perda no entendimento do conteúdo audiovisual em exibição (ALVES, 2016, p. 16).

Para que se possa ter uma breve noção da diferença entre a legendagem confeccionada para o público ouvinte e a LSE, observa-se a existência de algumas legendas acessíveis com três linhas ou mais, e uma conseqüente densidade lexical que não permite ao espectador harmonizar imagens e legenda de forma simultânea a sua exibição, trazendo além da tradução do áudio a identificação do falante em cena.

Essa diferença entre legendagem para ouvintes e LSE se justifica na classificação dada por Jakobson (1974, p. 64-5) para as três espécies de tradução: tradução intralingual ou reformulação, a “interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua”; a tradução interlingual ou tradução propriamente dita, a “interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua”; e tradução intersemiótica ou transmutação, a “interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais”. Deste modo, a legendagem para ouvintes se enquadra em tradução interlingual, pois ocorre a tradução de um idioma para outro, a língua dos espectadores, enquanto que a LSE é classificada como tradução intralingual, uma espécie de tradução na mesma língua, por assim dizer.

Deve-se prestar atenção ainda na linguagem, pois, conforme Araújo (2008, p. 63), “os surdos têm maior dificuldade de leitura na língua oral de seu país, porque esta funciona como segunda língua para eles, sendo a língua de sinais sua primeira língua”, havendo uma tendência ao uso da linguagem formal, por ser o contato mais comum dos surdos com a língua materna, a escrita, a qual normalmente apresenta mais traços de formalidade que de informalidade.

Concluindo este subitem, destaca-se o fato do português usado na LSE é uma segunda língua para os surdos, o que a torna uma modalidade de TAVA destinada a uma fatia do público surdo e ensurdecido que teve acesso ao ensino. Por outro lado, a janela de Libras constitui-se na modalidade de TAVA mais abrangente para essa comunidade por permitir que todos os deficientes auditivos tenham acesso ao conteúdo audiovisual, uma vez que a língua de sinais é a primeira língua desses espectadores.

3.2. JANELA DE LIBRAS

Conforme definição contida no Guia para produções Audiovisuais Acessíveis, a janela de interpretação da Língua brasileira de sinais (Libras), também chamada de janela de Libras, é o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e uma língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por intérprete de língua de sinais, na qual o conteúdo transmitido em uma mídia audiovisual é interpretado num quadro (janela)

reservado para esse fim, normalmente situado, de forma padronizada, no canto inferior esquerdo da tela e exibido de modo simultâneo ao audiovisual (ALVES, 2016, p. 15-6).

Conforme mencionado anteriormente, a Língua brasileira de sinais constitui-se na primeira língua do público surdo, o que torna a janela de Libras a modalidade de TAVA prioritária, quando comparada com a LSE, para proporcionar acessibilidade aos audiovisuais aos deficientes auditivos. Este entendimento é corroborado com o estudo feito por Vieira (2012), que teve o propósito de analisar qual modalidade de TAVA proporciona melhor acessibilidade para os surdos, a janela de Libras ou a LSE, no filme “O Grão”, situação em que todos os participantes da pesquisa indicaram a janela de Libras como o meio de acessibilidade linguística mais adequado, porém comentaram a respeito do tamanho da janela, devendo ser de tamanho que permita uma boa visualização das configurações de mão.

Para propiciar uma janela adequada, o Guia sugere o enquadramento do intérprete que haja de 10 a 15 centímetros acima da cabeça, 5 centímetros abaixo do umbigo e, nas laterais, “o espaço máximo dos cotovelos no momento em que os dedos médios se tocam em frente ao peito” para telejornais, exibições de audiências e documentários, enquanto que para filmes, telenovelas, minisséries e seriados deve-se adicionar 10 centímetros de cada lado, pois o intérprete de Libras traduzirá vários personagens em cenas mais dinâmicas, exigindo um espaço mais amplo. Consequentemente, fica evidente que a gravação não deve ter cortes das mãos, braços e cabeça do intérprete, gerando uma transmissão clara (ALVES, 2016, p. 34).

Outro aspecto que facilita a visualização do espectador surdo é o vestuário do intérprete. Conforme o trabalho de Marques e Oliveira (2012), o intérprete deve usar uma camiseta tipo básica (*T-shirt*), podendo as mangas serem curtas ou longas, o decote deve ser fechado, e com a seguinte orientação para a cor: “a - Pessoas de pele clara devem utilizar camisas com cor azul marinho para os títulos, preta para os textos e vermelha para as citações. b - Pessoas morenas ou negras devem utilizar camisas com cor bege para os títulos, cinza para os textos e vermelha para as citações”.

A janela de Libras, bem como a LSE, explora a visão dos deficientes auditivos, sentido disponível para essa classe de deficientes sensoriais. Por outra parte, os

deficientes visuais usam a audição para compensar a falta de visão e têm como modalidade de TAVA que os atende é a audiodescrição, tratada a seguir.

3.3. AUDIODESCRÇÃO

Mais uma vez tomando por base o Guia para produções Audiovisuais Acessíveis, a audiodescrição tem o propósito de tornar uma mídia audiovisual acessível aos portadores de deficiência visual, constituindo-se em uma “locução adicional roteirizada que descreve as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização dos personagens” (ALVES, 2016, p. 15).

Prosseguindo nas orientações contidas no Guia, particularmente no que diz respeito às questões técnicas na elaboração dos roteiros de audiodescrição para filmes e programas de televisão, os roteiros de produções audiovisuais voltados para a audiodescrição (AD) precisam conter:

tempos iniciais e finais das inserções da AD, as unidades descritivas, as deixas, ou seja, a última fala antes de entrar a AD, e as rubricas, que consistem nas instruções para a narração da AD. Nem sempre o audiodescritor-roteirista será o audiodescritor-narrador. Portanto, esses elementos são importantes para auxiliar na gravação da voz e dar à narração o teor adequado a cada cena (ALVES, 2016, p. 20).

Com base nesta citação, infere-se a importância e o foco na narração a ser inserida nos intervalos existências entre as falas dos personagens. Essa narração deve ser fluida e dinâmica, de modo a retratar o que os cegos não podem ver, ou seja, os ambientes, os trajés, os sentimentos esboçados pelos personagens, quer por expressões faciais, quer por posturas ou gestos.

Ainda quanto à narrativa, ela deve ser objetiva, simples, sucinta. Para tanto, a título de exemplo, o uso de adjetivos descritivos constitui-se em importante artifício para tornar a caracterização dos personagens, retratando estados de humor e de emoções sem que haja, no entanto, a emissão de valor subjetivo por parte do audiodescritor, dos ambientes e até mesmo das condições climáticas mais claros para o espectador.

Essas são as três modalidades de TAVA a serem adotadas para proporcionar acessibilidade aos deficientes sensoriais que deverão estar disponíveis a partir de 2020 nas mídias audiovisuais exibidas no país, conforme estabelecido no Estatuto da Pessoa

com Deficiência. No âmbito do Exército Brasileiro, como será abordado a seguir, a Instituição faz uso de alguns vetores de comunicação para difundir suas atividades, devendo ser propagadas de modo a permitir que surdos e cegos possam ter acesso a essas informações de forma mais efetiva.

4. MÉTODO

A fim de atingir o objetivo proposto para a presente investigação, usou-se a classificação proposta por Silva e Menezes (2005, p. 20-22). quanto aos procedimentos foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, por ser norteadada em material publicado sobre o tema a partir de outros autores, avaliando os aspectos já abordados, as discussões pertinentes, chegando às melhores práticas desenvolvidas.

Sobre a classificação quanto à natureza, foi classificada como pesquisa qualitativa, pois se fundamenta na interpretação dos fenômenos e na atribuição de significados simbólicos, semânticos e contextuais.

Com relação à finalidade, foi considerada como pesquisa básica, pois se propõe a produzir conhecimentos novos úteis ao avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória, pois busca proporcionar uma maior familiaridade com o problema, a fim de torna-lo explícito.

5. MÍDIAS AUDIOVISUAIS USADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

A fim de difundir suas informações e disponibilizar serviços, o que se tornou comum na era digital, o Exército Brasileiro tem uma *homepage*, acessível pela Internet, e perfil em algumas mídias sociais. Assim, consultando a *homepage* do Exército Brasileiro, foi possível constatar as seguintes mídias sociais usadas para divulgação das atividades desenvolvidas pela instituição que disponibilizam audiovisuais: FaceBook, Instagram, Twitter e YouTube.

Em consulta feita dia 30 de agosto de 2018, foram feitas consultas às páginas do Exército Brasileiro nas mídias sociais, a fim de verificar a relevância desses canais como ferramenta para a difusão das atividades da Força Terrestre.

No FaceBook foi constatado que 3.786.470 pessoas seguem a página do Exército Brasileiro, espaço em que a instituição divulga suas atividades, como operações militares e concursos públicos, por meio de imagens, vídeos e textos, além de fazer propaganda de suas páginas nas outras mídias sociais, particularmente de vídeos mais extensos disponibilizados no YouTube.

No Instagram havia 688.000 seguidores na página da Força Terrestre na data da consulta, onde foram encontradas, principalmente, imagens do tipo *folder*, com dizeres impressos em fotografia, e alguns poucos vídeos, em sua maioria sem a presença de conteúdo falado e com algumas legendas para auxiliar na identificação de determinada Organização Militar, de equipamento ou, até mesmo, de valores morais que são desenvolvidos nos Estabelecimentos de Ensino do Exército.

O Twitter possui 321.000 seguidores da página do Exército Brasileiro. Essa mídia social tem como característica fundamental a publicação de pequenos textos, *tweet*, sendo possível a inserção de imagem ou vídeo no *tweet*, bem como de *link* para o YouTube. De forma parecida ao FaceBook, no Twitter é feita a difusão de ações realizadas pela Força em proveito da sociedade brasileira e oportunidades para que o jovem interessado em integrar as fileiras do Exército por meio de inscrição em concurso ou se alistar para o Serviço Militar Obrigatório.

O YouTube apresenta 370.747 pessoas inscritas no canal da instituição, tendo 1.813 vídeos publicados. A principal mídia social dedicada à propagação de vídeos é utilizada para o lançamento de propagandas institucionais da Força, pois propicia a disponibilização de vídeos mais longos, como entrevistas, aulas de inglês e “Comandante Responde”, espaço em que o Comandante do Exército Brasileiro se dirige não só ao público interno, os militares da Força Terrestre, como ao público em geral que se interessa pelas atividades da Caserna.

Atualmente, somente o FaceBook e o YouTube permitem a inserção de legenda nos vídeos publicados em um canal separado, ou seja, sem que a legenda esteja embutida no audiovisual, o que propicia a disponibilização da LSE; quanto à janela de

Libras, nenhuma das quatro mídias sociais possibilita a colocação da janela de modo a parte do vídeo, sendo necessária a publicação do audiovisual com a janela de Libras já embutida nele; da mesma forma, quanto à audiodescrição, não há possibilidade de troca do canal de áudio dos vídeos disponibilizados nessas mídias sociais, sendo necessária a edição de audiovisual próprio com audiodescrição, de forma distinta à publicação do vídeo com áudio sem audiodescrição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de haver outras formas de divulgação das atividades do Exército Brasileiro, este trabalho citou algumas possibilidades existentes na Internet, especificamente nas mídias sociais, com foco em audiovisuais.

Observa-se que a Netflix, plataforma paga de acesso a filmes e seriados, se constitui em um portal de audiovisuais que disponibiliza para cada mídia canais de áudio e opções de escolha de legendas em alguns idiomas, por vezes, áudio e legenda com modalidade de TAVA. Entende-se que esse é um caminho que poderá tornar as mídias sociais acessíveis, particularmente os audiovisuais aos cegos e surdos.

Enquanto a tecnologia não permitir a publicação de um audiovisual com mais de um canal de áudio e mais de uma opção de escolha para legendas, há duas opções a serem adotadas pela Força Terrestre a fim de disponibilizar informações ao público portador de deficiências sensoriais: uma é criar canais específicos para cada comunidade portadora de deficiência sensorial, havendo a replicação dos vídeos lançados no canal principal com a inserção da(s) modalidade(s) de TAVA pertinente(s) (exemplo: Exército Brasileiro com LSE); a outra é lançar os audiovisuais no próprio canal principal, mas identificando a mídia com a modalidade de TAVA disponível (exemplo: Verde-Oliva Entrevista com LSE).

Desta forma, esta pesquisa propôs o incremento da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências sensoriais às mídias sociais do Exército Brasileiro por meio da implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com isso, a Força Terrestre evidenciará a preocupação da instituição para com esse grupo da sociedade brasileira, o que melhorará sua imagem junto à opinião pública.

REFERÊNCIAS

ALVES, Soraya Ferreira (Org.); NAVES, Sylvia Bahiense (Org.); ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago (Org.); MAUCH, Carla (Org.). **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis**. 1. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2016. 85p.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Por um modelo de legendagem para surdos no Brasil**. Tradução e Comunicação, Revista Brasileira de Tradutores, 2008, n. 17, p. 59-76. Disponível em: <<https://lucivillelatranslation.files.wordpress.com/2010/10/legendasparasurdos.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 18.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. regula as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Página Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. Disponível em: <<https://www.facebook.com/exercito/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. Disponível em: <https://www.instagram.com/exercito_oficial/>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. Disponível em: <<https://www.twitter.com/exercitooficial?lang=pt-br/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=exercito+brasileiro>. Acesso em: 31 ago. 2018.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1974.

MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janine Soares. Normatização de Artigos Acadêmicos em Libras e sua relevância como instrumento de constituição de corpus de referência para tradutores. In: III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução

& Interpretação de, 2012, Florianópolis. **Anais do Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**, 2012. v. 1. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_metodologias_traducao_marques_oliveira.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad y Protocolo Facultativo**. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-s.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 18.

PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 1. ed. 217p.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. 4. ed. 139p.

VIEIRA, Maria Izaete Inácio. Acessibilidade sem esforço para surdos: janela de libras ou legenda? Uma análise dos instrumentos de acessibilidade para surdos usados no filme “O Grão”. In: III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução & Interpretação de Libras e Língua de Portuguesa, 2012, Florianópolis. **Anais do III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução & Interpretação de Libras e Língua de Portuguesa**. Florianópolis: Ronice Müller de Quadros: Pós-Graduação em Estudos da Tradução, 2012. v. III. Disponível em: <http://www.congressotils.com.br/anais/anais/tils2012_metodologias_traducao_vieira.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.